

A CONCEPÇÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO COMO LIBERDADE: DIÁLOGOS COM O ESPAÇO GEOGRÁFICO

THE CONCEPT OF HUMAN DEVELOPMENT AS FREEDOM: DIALOGUE WITH THE GEOGRAPHIC SPACE

Sidelmar Alves da Silva Kunz

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade de Brasília
sidel.gea@gmail.com

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo

Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Estadual Paulista/Rio Claro
gcc99@gmail.com

Helciclever Barros da Silva Vitoriano

Mestre em Literatura e Práticas Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Literatura
Universidade de Brasília
helciclever@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é apresentar delineamentos geográficos para a concepção de desenvolvimento humano no bojo da abordagem das capacidades do economista Amartya Sen. Na sociedade contemporânea são crescentes os debates a respeito do desenvolvimento humano. Compreendê-lo figura como percurso para a construção de parâmetros e alternativas com o intuito de ampliar as possibilidades de promover melhores condições de vida para a população. Esta investigação consiste na exploração de contribuições nos campos econômico, sociológico e filosófico, buscando apresentar a particularidade do olhar geográfico no cenário dessa temática. Sinaliza-se que o espaço geográfico deve ocupar posição privilegiada porque observá-lo potencializa a prática do desenvolvimento humano como liberdade.

Palavras-chave: desenvolvimento humano; espaço geográfico; liberdade; capacidades.

ABSTRACT

The objective of this paper is to present geographical delineations for the concept of human development at the core of the capabilities approach of the economist Amartya Sen. In contemporary society are growing debates about human development. Understand it appears as path to building parameters and alternatives in order to expand the possibilities to promote better living conditions for the population. This research consists of exploring contributions in economic, social and philosophical fields, seeking to present the peculiarity of geographical look at the scenery of this theme. It signals that the geographic space should occupy a privileged position because watching it potentiates the practice of human development as freedom.

Key-words: human development; geographic space; freedom; capabilities.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano faz parte do rol de temáticas com elevado grau de importância, vigência e abrangência da atualidade. Este protagonismo do debate em torno do tema se confirma com a crescente inserção das teorias, terminologias, práticas e ações que permeiam esta seara em diferentes círculos da sociedade, da sua cultura ao sistema de produção dominante, das ideologias políticas à relação humana como meio.

Por estas razões, a ciência geográfica não está isenta de inserir em sua pauta a questão do desenvolvimento humano, tendo em vista o seu disseminado uso como parâmetro comparativo, qualitativo e quantitativo, das sociedades humanas ao redor do globo. No âmbito normativo, político, científico e gerencial, podemos observar a adoção de índices voltados para o desenvolvimento humano em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e a Organização das Nações Unidas (ONU), além de outras instituições como o Banco Mundial (a partir do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), além dos inúmeros fundos educacionais, de serviços de saúde, comunicação e qualidade de vida com ampla representatividade e ações nacionais e internacionais.

Deste modo, seguindo estas premissas da importância de se colocar em primeiro plano o debate a respeito do desenvolvimento humano é que o presente estudo se apresenta. Em seu percurso argumentativo o mesmo está dividido na concepção de desenvolvimento trabalhada pelo economista indiano Amartya Sen (2010). Posteriormente traz-se o debate para o escopo geográfico do papel do espaço em sua inserção e inerente admissão para o engendramento da ideia de desenvolvimento. Num terceiro momento, apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), levando em consideração seu caráter sobressalente dentre as propostas de análise a respeito dos aspectos da sociedade a serem destacados na construção de uma referência universal para o desenvolvimento.

O DESENVOLVIMENTO NO HORIZONTE SENIANO

O entendimento de desenvolvimento, sob uma perspectiva humana, em conformidade com a compreensão formulada pelo economista Amartya Sen (2010, p. 10), “[...] consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Contextualizando essa afirmação sob o ponto de vista da teoria espacial de recorte miltoniano, tem-se, sob essa perspectiva, o espaço

geográfico em sua fase atual de revolução técnica e científico-informacional explicitada pela heterogeneidade do desenvolvimento.

A escolha de Amartya Sen para a discussão do desenvolvimento humano se deu em razão desse autor ter desenvolvido, ao longo dos últimos anos, profundas reflexões acerca das liberdades humanas como bases do desenvolvimento. Esse economista indiano, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, colaborou intensamente na criação do Índice de Desenvolvimento Humano, que tem a pretensão de ser uma medida geral e sintética, por mais que amplie a visão de desenvolvimento humano de forma a estimular a leitura do desenvolvimento sob outros aspectos. É salutar lembrar a origem indiana deste economista, sendo este um aspecto importante na constituição de seu legado teórico, o que reforça a importância da geografia para o debate sobre o desenvolvimento.

As limitações de escolhas e de oportunidades são aspectos que marcam a constituição de realidades socialmente desiguais, e nessa fase atual da supracitada revolução, de acordo com Santos (1991), percebe-se a interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social. Verifica-se essa situação em todas as partes do mundo e em todos os países na inerente relação do todo com as partes e suas singularidades. Para Santos (2006), o espaço geográfico é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Nesse sentido, as modificações do espaço se dão em relação estreita com a natureza dos objetos e das ações em determinada época.

Com base nessa postulação, capta-se que há distintos processos que promovem modificações espaciais, o que resulta em uma diversidade de realidades. Portanto, o espaço não é homogêneo, pois se caracteriza por uma evolução de modo desigual de sua totalidade, haja vista que: “[...] a difusão dos objetos modernos e a incidência das ações modernas não é a mesma em toda parte” (SANTOS, 2006, p. 226).

Na discussão do desenvolvimento humano, a reflexão a respeito da dimensão espacial demonstra-se fundamental, pois acrescenta ao debate os fatores que colaboram para explicar a distinção de realidades, a partir da relação entre as particularidades e a universalidade.

ABORDAGEM DAS CAPACIDADES

A abordagem das capacidades ou *capability approach* de Amartya Sen, sob a qual sustenta o seu entendimento de desenvolvimento humano, concebe as liberdades substantivas na condição de capacidades que contribuem para a melhora do potencial das pessoas buscando cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo. Capacidades elementares como ter

condições de evitar privações tais como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura estão incluídas, bem como as liberdades associadas a saber ler, fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão. Portanto, o desenvolvimento é medido com referência na expansão do conjunto de capacidades das pessoas (SEN, 2010).

Convém trazer à baila nesta discussão o argumento de Mariano (2012), no sentido de que Sen (2010) trabalha com dois tipos de liberdade: a positiva (principalmente esta) na qual há uma mistura entre oportunidade e autonomia a fim de conseguir alcançar seus próprios objetivos e a negativa (definida como a não interferência, num movimento de cristalização de direitos como, por exemplo, à propriedade privada). Para tanto, são considerados ainda mais dois tipos de liberdades (de processo e de oportunidade) relacionadas à capacidade de sobrevivência e crescimento do ser humano. Prendergast (2005, *Apud.* MARIANO, 2012) identifica três facetas da concepção de liberdade formulada por Sen (2010): oportunidade de se atingir um objetivo, autonomia para tomar decisões e ausência de intromissão.

A abordagem das capacidades, formulada por esse economista, para a avaliação do desenvolvimento humano se refere à confluência entre habilidade ou *ability* e capacidade ou *capacity*. Bomfim (2012) expressa que a abordagem das capacidades tem como aporte substancial em seu processo de construção ou elaboração as contribuições dos fundamentos da economia do bem-estar. Ainda de acordo com esse autor, a proposta seniana tem como objetivo contemplar a realização humana. Com esse intuito, a perspectiva adotada na proposição ultrapassa a apreensão puramente da felicidade. A realização humana, no formato apresentado por Sen, emerge da tentativa de proceder à avaliação que consiga avaliar o florescimento dos seres humanos, assim como, das oportunidades concretas para a efetivação de tal florescimento (BOMFIM, 2012).

Além do mais, nesse sentido, a realização humana encontra relação com a disposição filosófica aristotélica sintetizada pela palavra grega εὐδαιμονία. Esse termo grego composto pelo prefixo *eu* – (bem) e pelo substantivo *daimon* – (espírito), diante do recorte filosófico sinalizado, tem imbuído em si o sentido de felicidade, podendo alternativamente expressar-se por “viver bem”, “florescimento” ou “dotado de poder divino (*daimon*) bem disposto (eu)” (BOMFIM, 2012).

Nota-se, com isso, que é referente ao bem principal para os seres humanos, não se tratando de um momento particular, mas de uma vida toda bem vivida, ou seja, uma vida feliz é aquela marcada pela *eudaimonia*. Sendo assim, para alcançá-la é preciso buscar o uso excelente das nossas capacidades racionais numa relação entre a ordem social e a dimensão individual a fim de obter os meios para praticar as ações que tornam o ser feliz.

No percurso dessa trajetória de interpretação da realidade e a maneira como os indivíduos alcançarão o seu bem-estar na mesma, é que se pode, com o auxílio de Bomfim (2012), atingir uma compreensão da *eudaimonia* como consolidação dos instrumentos com possibilidades reais de “[...] auferir ‘estados de ser’ a que se tenha razão para valorizar” (BOMFIM, 2012, p. 2).

Nesse sentido, a obtenção de oportunidades para se ter liberdade de realizar escolhas de acordo com a opção de estilo de vida que melhor convier ao indivíduo é vislumbrada como sinônimo de felicidade. Como bem salienta Mariano (2012, p. 74): “[...] a perspectiva de Amartya Sen é muito abrangente para que se possa ser utilizada em sua totalidade em um estudo de caráter empírico”.

Em conformidade com o pensamento de Bomfim (2012), tal compreensão traduz o significado de uma concepção empenhada na superação das orientações sustentadas, seja na doutrina ética do utilitarismo que concebe a utilidade como sinônimo de felicidade, seja no pensamento cujo valor atribuído à obtenção de riqueza ocupe lugar privilegiado e de centralidade, a fim de definir os contornos da felicidade.

Esclarece-se, pois, que de acordo com Bomfim (2012), a felicidade analisada a partir da teoria ética utilitarista, cujos preceitos buscam resultados práticos, plasmada principalmente pelo pensamento do inglês Jeremy Bentham (hedonismo quantitativo – duração dos prazeres), e posteriormente, pelo, também inglês, John Stuart Mill (hedonismo qualitativo – qualidade dos prazeres), concebe a felicidade sob o aspecto coletivo. Além disso, entende que no horizonte utilitarista, a ação independe da intenção, já que mesmo a intenção negativa pode resultar em consequências benéficas e úteis. Nesse cenário, o valor mais elevado (pelo ângulo moral) é ser útil, e a utilidade aparece como sinônimo de felicidade.

Assim, o utilitarismo é uma teoria teleológica e casuística, haja vista que a felicidade é posicionada como a finalidade e as ações corretas são aquelas que garantem as melhores consequências. Desse modo, a promoção da felicidade apresenta-se de maneira imparcial, equalizada pelos fins da ação humana que é a felicidade geral, e não a individual. O utilitarismo é um hedonismo (o prazer e a ausência de dor), cuja relevância para a avaliação centra-se na consequência, uma distinção significativa em relação ao estilo kantiano que privilegia a intenção (plano antecedente a realização). Na visão seniana, é uma abordagem que reduz os bens a um patamar homogeneizador, em que as coisas são tratadas como utilidades (BOMFIM, 2012).

O enfoque nas liberdades humanas representa um contraste com as visões restritivas e reducionistas de desenvolvimento pautadas em crescimento de Produto Nacional Bruto

(PNB), incremento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. Esses fatores tem sua relevância como meios de expansão das liberdades desfrutadas por parte dos membros da sociedade, entretanto, as liberdades necessitam de outros determinantes, como, por exemplo, disposições sociais e econômicas (educação e saúde) e direitos civis (participação de discussões e averiguações públicas) (SEN, 2010).

Em sua definição de desenvolvimento, Sen (2010) considera tanto aspectos econômicos quanto sociais. Além do processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas em razão da ampliação da capacidade de realizar livremente atividades conforme escolhas e valores atribuídos. As liberdades devem ser consideradas, concomitantemente, como constitutivas (parte do desenvolvimento) e instrumentais (contributo para a ocorrência do desenvolvimento).

Logo, esta concepção de desenvolvimento se equivale à liberdade¹, e as liberdades substantivas (a título de exemplos, tem-se a liberdade de participação política, oportunidades de receber educação básica ou assistência médica) integram os componentes de constituição do desenvolvimento². Lembrando que “[...] a privação de liberdade econômica, na forma de pobreza pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdade” (SEN, 2010, p. 23), como é o caso da liberdade social, e esta também pode resultar em privação de liberdade econômica.

Nesse sentido, pensando no desenvolvimento como expansão de liberdades substantivas, é necessário destinar “[...] a atenção para os fins que o tornam importante, em vez de restringi-la a alguns dos meios que, *inter alia*, desempenham um papel relevante no processo” (SEN, 2010, p. 16). São duas as razões apontadas por Sen (2010) para justificar por quê a liberdade é tão importante para o desenvolvimento:

¹ Cf. SILVA, João Oliveira Correia (da). *Amartya Sen: Desenvolvimento como liberdade*. (Programa de Doutorado em Economia) Faculdade do Porto/ Portugal, S/d. Disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf>. Acessado em 09/05/2014.

² Um instrumento de planejamento de política pública de educação e que, de algum modo, evidencia este novo olhar sobre o desenvolvimento humano pode ser percebido no texto explicativo do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Senão vejamos as considerações do documento base: “O enlace entre educação e ordenação territorial é essencial na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela geografia e pela história, se estabelecem e se reproduzem. Toda discrepância de oportunidades educacionais pode ser territorialmente demarcada: centro e periferia, cidade e campo, capital e interior. Clivagens essas reproduzidas entre bairros de um mesmo município, entre municípios, entre estados e entre regiões do País. A razão de ser do PDE está precisamente na necessidade de enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades educacionais. Reduzir desigualdades sociais e regionais, na educação, exige pensá-la no plano do País. O PDE pretende responder a esse desafio através de um acoplamento entre as dimensões educacional e territorial operado pelo conceito de arranjo educativo. Não é possível perseguir a equidade sem promover esse enlace” (MEC/BRASIL. PDE: Razões, princípios e Programas, 2007, p. 6). “O referido plano tem diferentes linhas de ação e abrangência geográfica, priorizando regiões e cidades com maior grau de depauperamento e precarização do quadro educacional. Na mesma linha, é digno de nota o Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como princípios: descentralização, a regionalização, a hierarquização e a participação social, denotando a mensagem que não há sociedade desenvolvida sem saúde e participação”. (TEIXEIRA, 2011, p. 2).

- 1) A *razão avaliatória*: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas.
- 2) A *razão da eficácia*: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agenda das pessoas. (SEN, 2010, p. 17. grifos do autor).

A condição de agente é concernente à capacidade de agir e viver como bem entender, é essa condição que permite que o ser humano se torne um ser social mais completo e com melhor existência, pois proporciona oportunidades de concretização de seus anseios e aspirações e influenciar as pessoas que lhe cercam. A transformação promovida pelo agente deve ser julgada com base nos seus valores e objetivos (SEN, 2010). Neste contexto, a visão de Sen dialoga em parte com alguns dos postulados do existencialismo sartreano (2001), em referência à existência humana, à liberdade e à ação política ou *engagement*.

Para Sen (2010) as liberdades instrumentais, como a) liberdade política b) facilidades econômicas c) oportunidades sociais d) garantias de transparência e e) segurança protetora, colaboram entre si para a promoção da “capacidade geral de uma pessoa”. As políticas públicas que objetivam ampliar as capacidades humanas e as liberdades subjetivas precisam articular essas liberdades de modo inter-relacionado: “[...] visão do ‘desenvolvimento como liberdade’, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e contribuem com o aumento da liberdade humana em geral.” (SEN, 2010, p. 25). Portanto, as diversas liberdades podem fortalecer umas às outras, em unicidade para a formação de uma ideia universal de liberdade, mais uma vez em sintonia com Sartre (2001), que integre em si o estado de bem-estar.

A expansão das capacidades que permitem com que as pessoas levem a vida que valorizam pode ser impulsionada por meio das políticas públicas, bem como as políticas públicas podem ser influenciadas por meio do uso das capacidades de participação do povo. Nesse sentido Sen (2010, p. 33) afirma que “[...] ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo”, sendo que para o processo de desenvolvimento essas questões são centrais.

O alicerce da abordagem das capacidades (*capability approach*) recebeu contribuições do conteúdo rawlsiano que compartilha com Sen o tom de crítica em relação ao utilitarismo em sua negatividade perante a liberdade. John Rawls concebeu a Teoria da Justiça estruturada na ideia de equidade. Conforme Bomfim (2012), “Rawls atribui às liberdades e direitos papel superior à utilidade total, correspondente, na linguagem utilitarista clássica, ao bem-estar máximo da sociedade” (BOMFIM, 2012, p. 19), com essa postura Rawls edifica o

entendimento de que há uma inviolabilidade em cada pessoa que se funda no sentido da justiça e, até mesmo o bem-estar da sociedade em sua totalidade, não pode ignorar. Sen utiliza-se de elementos da concepção de justiça distributiva sustentada em direitos e liberdades de Rawls, bem como na crítica de Arrow para a elaboração de sua abordagem.

Ainda em suas teorizações, Bomfim (2012) traz a formulação de Kenneth Arrow sobre a Teoria da Escolha Social na qual vê que numa sociedade as escolhas de uma pessoa têm relação com as escolhas das outras, porque a escolha de um impacta a dos outros. Isso leva a postura de que ao se proceder a uma escolha seja levado em conta às decisões dos demais, de modo que “[...] o comportamento coletivo em suas decisões é diferente da forma de decidir quando se pensa num único indivíduo” (BOMFIM, 2012, p. 23). Arrow entende que “[...] não há uma função de bem-estar social para representar racionalmente as escolhas sociais e que expresse uma relação de preferências para a sociedade como ‘espelho’ das relações de preferências dos indivíduos” (BOMFIM, 2012, p. 24). Diante desse teorema da impossibilidade, Sen sente-se motivado a desenvolver a sua *capability approach* e firmar sua importância.

A *capability* é considerada por Amartya Sen como algo superior a ideia de felicidade. Os conceitos de *functionings* (funcionamentos) e *capabilities* compõem a *capability approach*. Os funcionamentos dizem respeito às várias coisas consideradas valiosas de fazer ou ser por parte de uma pessoa, encontra-se na esfera do bem-estar do indivíduo. Enquanto que a *capability* é a liberdade de escolha para alcançar condições adequadas de vida. Com essa formulação, Sen promove a discussão “[...] sobre a condição humana e a necessidade de se ampliar as liberdades substantivas” (BOMFIM, 2012, p. 26).

A abordagem das capacidades traz para o centro do debate o enfoque das realizações do ser humano, estas realizações, obviamente, dependem de uma gama de elementos e estes são expressos pela liberdade substantiva. Sendo necessária uma análise que prime pela captação profunda da prosperidade humana e a construção de novos instrumentos faz-se fundamental para proceder a uma avaliação dessa natureza.

Abordar questões que permeiam a felicidade e o bem-estar não é tarefa fácil, ainda mais quando é relativo a ambientes lúgubres como é o caso da economia, todavia, Sen enfrentou esse desafio e discutiu a felicidade levando-se em conta as condições de bem-estar e de agência. Sabendo-se que a condição de bem-estar atinente à satisfação da utilidade ou do próprio bem-estar, na medida em que a agência transborda essa dimensão, atingindo aspectos motivacionais como senso de dever, lealdade e boa vontade. Essa leitura de agência

demonstra que uma pessoa nem sempre age somente para satisfação de seu próprio bem-estar³. Essas condições não são dependentes, todavia, podem relacionar-se.

Esse autor discutiu a relação entre ciências econômicas e filosofia moral de forma a ampliar o debate a respeito de temas como felicidade. Ainda no bojo da interação filosófica com a temática, cabe anotar que, o debate filosófico sobre o *ser* migra, nos séculos XIX e XX, em parte, para outro enfoque: o *existir*. Isto quer dizer que o homem passa a condição de existente na medida em que dirige seus próprios atos, livres, rumo ao que considera felicidade, e isso se dá dentro da concretude da existência. Assim, A perspectiva de desenvolvimento de Sen é humanista, mas em consonância ao humanismo sartreano (1970), não é uma condição dada *a priori*, e sim construída social, econômica e politicamente.

Associado a isso, o seu peso para a história do pensamento econômico tornou-se substantivo em razão de sua participação na construção do “[...] primeiro indicador de bem-estar com envergadura para contestar as atribuições dadas ao PIB: o índice de desenvolvimento humano (IDH)” (BOMFIM, 2012, p. 6), tal contribuição abriu espaço para novos estudos que deram origem ao surgimento de outros indicadores socioeconômicos e ambientais.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), órgão integrante da Organização das Nações Unidas (ONU), entende que a denominação desenvolvimento humano diz respeito ao que acontece com as pessoas. O desenvolvimento humano, sob essa perspectiva relaciona-se à ampliação do bem-estar, assim como das oportunidades e liberdades de escolhas.

Nesse sentido ocorre um nítido reposicionamento das pessoas no centro do debate do desenvolvimento, no que tange às políticas econômicas e sociais. O mais importante é refletir nos impactos das ações na qualidade de vida da população. Dessa forma, a renda passa a ser apenas um meio e não um fim. A finalidade é a qualidade de vida, então o olhar, por exemplo, para a produção tem como objetivo visualizar sua repercussão para a qualidade de vida.

³ Em trabalho de 1776 de Adam Smith intitulado “Teoria dos Sentimentos Morais”, cuja dimensão humanista aflora mais do que a sua perspectiva individualista (presente em obras como “A Riqueza das Nações”), percebe-se uma relação forte com a discussão sobre felicidade. Logo no início dessa obra, o mesmo afirma que “por mais egoísta que se suponha o homem, evidentemente há alguns princípios em sua natureza que o fazem interessar-se pela sorte dos outros, e considerar a felicidade deles necessária para sim mesmo, embora nada extraia disso senão o prazer de assistir a ela” (SMITH, 2002, p. 5).

Desde 1990 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem sido divulgado, juntamente com o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo PNUD. Essas publicações buscam dimensionar a nova perspectiva de desenvolvimento, objetivando fazer frente ao padrão superado, o qual se alicerçava na renda pensada sob o símbolo do PIB.

O IDH foi desenhado para suportar os novos contextos e necessidades sociais, tanto é que seu formato é flexível de modo a comportar alterações, refinamentos e aprimoramentos considerados naturais com o passar do tempo. Em mais de duas décadas de existência o cálculo do IDH sofreu transformações com a intenção de incorporar as contribuições e satisfazer as críticas apontadas com o intuito de construir um índice mais preciso e qualificado.

A partir do ano de 2010 foi instituída uma mudança que substituiu a média aritmética pela geométrica relacionada ao PIB, à educação e à longevidade. Sendo que a longevidade e a educação basearam-se na normalização, traduzida pela expressão: $\text{Índice} = \frac{I - \text{Min}(I)}{\text{Max}(I) - \text{Min}(I)}$. E a renda nos logaritmos naturais, “[...] justificado a partir do fato de que a conquista de um nível de vida decente não requer que a renda seja ilimitada” (MARIANO, 2012, p. 80), expressa por: $\text{Índice} = \frac{\ln(I) - \ln[\text{Min}(I)]}{\ln[\text{Max}(I)] - \ln[\text{Min}(I)]}$. Sendo I o indicador, o $\text{Max}(I)$ o valor máximo atingido pelo indicador e $\text{Min}(I)$ o valor mínimo atingido pelo indicador.

Lembrando-se que os valores máximos e mínimos são apresentados conforme tabela do próprio PNUD. De acordo com a “Nota Técnica 1: Índice de Desenvolvimento Humano”⁴, publicada pela representação do Relatório de Desenvolvimento Humano PNUD-NY, abril de 2013, especialmente criada para o Brasil, os valores máximos são os maiores valores observados na série de tempo (1980–2012). Os valores mínimos são definidos em 20 anos de expectativa de vida, 0 anos para ambas as variáveis educação e \$ 100 para o rendimento nacional bruto per capita (RNB).

Nessa Nota Técnica do PNUD de 2013 estabeleceu-se que os valores mínimos podem ser adequadamente concebidos como valores de subsistência. O baixo valor de rendimento pode ser justificado pela quantidade considerável de subsistência não mensurável e produção não mercadológica nas economias perto do mínimo, não capturados nos dados oficiais. Conforme essas considerações, apresenta-se a seguir Quadro 1 que consta o mínimo e o máximo observado conforme cada indicador.

⁴ Tradução dos autores.

Quadro 1 - Mínimos e máximos observados do IDH

Indicador	Máximo observado	Mínimo
Expectativa de vida ao nascer	83,6 (Japão, 2012)	20,0
Média de anos de escolaridade	13,3 (Estados Unidos, 2010)	0
Expectativa de vida escolar	18,0 (limitado a)	0
Média geométrica dos indicadores educacionais	0,971(Nova Zelândia, 2010)	0
PIB <i>per capita</i>	87,478 (Catar, 2012)	100

Fonte: PNUD (2013) - Technical note 1 Brazil Human Development Index

Ainda, para a Nota Técnica do PNUD de 2013, o IDH é uma medida síntese das principais dimensões do desenvolvimento humano. Ele mede as realizações médias em um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e um padrão de vida decente. Assim, o IDH configura-se como uma média geométrica dos índices normalizados de cada uma dessas três dimensões.

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil produzido em 2003, resultado de parceria entre o IPEA, a Fundação João Pinheiro e a representação do PNUD no Brasil, construíram metodologia de cálculo do IDH por município brasileiro, conhecido como IDH-M. Nessa publicação esclarece-se que o índice foi criado com o objetivo de medir o desenvolvimento humano dos países, tendo como referência os valores relativos à educação, à longevidade e à renda, variando de 0 a 1.

Em termos de valores, 0 seria a ausência de desenvolvimento e 1 o seu máximo. Com base nos valores podem-se separar os países por grupos de acordo com o desempenho. No Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2003 é feita a ressalva de que por mais que os fenômenos analisados ou que se busca medir são os mesmos, o IDH Municipal é uma adequação das dimensões educação, longevidade e renda a fim de permitir a avaliação das condições de núcleos sociais menores.

Na dimensão educação, é atribuído peso diferenciado para os dois indicadores que lhe compõem a) taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos – peso 2 – e b) taxa bruta de frequência à escola – peso 1. Para fins de ser considerado alfabetizado basta saber ler um bilhete simples e a idade aos 15 anos se justifica em razão do calendário do MEC que prevê o término do ensino fundamental aos 14 anos, caso não aconteça atrasos em sua formação. Em relação à taxa bruta, esta é calculada pelo somatório daqueles que frequentam qualquer instituição de ensino básico ou superior dividido pelo número de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos, em determinada localidade.

Em razão da dificuldade de particularidades em grupos sociais menores, em que uma pessoa pode morar em um município e estudar em outro, o que reduz a eficiência dos dados em termos de taxa de matrícula, é adotada a taxa de frequência à sala de aula muito eficiente, pois se trata de dados censitários. Com isso garante a aferição da parcela populacional que frequenta a escola em relação à população da localidade em idade escolar. No que tange ao percentual de alfabetizados maiores de 15 anos, este é obtido pela proporção de alfabetizados maiores de 15 anos em relação ao total populacional maior de 15 anos de uma localidade.

Para a dimensão longevidade, o IDH-M utiliza-se dos mesmos referenciais para os países: a esperança de vida ao nascer. Ou seja, é uma expressão do número médio previsto de vida, conforme o ano de referência, para uma pessoa que nasça em determinada localidade, se as condições permaneçam constantes. É uma síntese das condições de salubridade e saúde, pois seu cálculo pondera o número de mortes precoces que impactam a expectativa de vida em dado local. Para o cálculo da longevidade é utilizado o Censo do IBGE, utilizando-se o questionário expandido. Expandindo-se a amostra para o restante da população da localidade. São aplicadas equações que convertem as proporções, obtidas com base nas perguntas do Censo, em probabilidades de morte, e posteriormente é transformada a probabilidade em tábuas de vida, por fim, extrai-se a esperança de vida ao nascer. Trata-se de um cálculo complexo que envolve várias fases.

Por fim, em relação à dimensão renda, o critério utilizado é a renda municipal *per capita*, ou seja, a renda média de cada residente do município. Esse resultado é obtido por meio da soma das rendas dos residentes dividida pelo número de moradores da localidade, incluindo-se até aqueles que não possuem qualquer renda. Para tal cálculo faz-se uso dos resultados com base nas respostas ao questionário expandido do Censo⁵ O IBGE coleta os dados por meio dessas amostras e esses dados são expandidos para o total populacional no âmbito do município, com isso permite-se o cálculo da dimensão renda para o município.

Conforme o Atlas de desenvolvimento Humano no Brasil de 2003, o PIB na condição de valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano no âmbito das fronteiras de um país ao ser considerado “percapitamente”, em outras palavras, dividido seu valor pela população constitui-se um indicador eficiente na avaliação da renda tendo como espectro um universo amplo, como é o caso de países e unidades federativas. Porém, esse critério utilizado pelo PNUD, mundialmente, para obter os valores do IDH renda, quando usado para avaliar a renda de municípios demonstra-se inadequado. A dificuldade é gerada

⁵ Esse questionário é mais detalhado que o universal, ele é aplicado em amostras dos domicílios visitados pelos recenseadores.

em função do fato de que nem toda renda gerada na circunscrição de um município, ocorre de fato, a apropriação por parte de seus moradores.

Como alternativa é utilizado o cálculo da renda municipal *per capita*, isso permite análises mais sofisticadas como a desagregação por cor ou por gênero. Desta forma, ao se calcular a renda média *per capita* do município se obtém a renda média dos indivíduos dada em reais relativa aos residentes naquele município, conforme a cotação adotada na época do cálculo. O questionário da amostra do Censo é utilizado para a obtenção dos valores.

No somatório da renda são incluídos valores como aposentadorias, salários, pensões, transferências governamentais, entre outros. Após o somatório, é realizada a divisão pelo número de habitantes e com isso, chega-se a renda municipal *per capita*. E para a conversão dessa renda em índice são feitos vários procedimentos, convertendo os valores máximos e mínimos do IDH adotados pelo PNUD dados em dólar para seus equivalentes em reais. Além disso, são calculados os logaritmos da renda média municipal *per capita*, bem como dos limites máximos e mínimos.

Depois de calculadas essas três dimensões analisadas (educação, longevidade e renda), estruturadas em valores mínimos e máximos de acordo com a categoria, variando de 0 a 1 para cada dimensão é confeccionado o IDH-M do município com base em média aritmética simples da composição dos três subíndices ($IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3$). É relevante reforçar que essa exposição baseia-se no IDH-M vigente apresentado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil de 2003.

COMPARTILHANDO OLHARES SOBRE O DESENVOLVIMENTO

O olhar para as liberdades humanas de Sen coaduna-se com o entendimento do geógrafo Josué de Castro (1953, p. 8) de que “[...] a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas, no seio dos quais se encontram enormes reservas humanas até hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos”. Visto que, para ele, as populações marginalizadas pressentem os perigos e as angústias da hora presente, entretanto, sentem-se incapazes de agir devido à falta de clareza a respeito dos nossos problemas fundamentais e as formas de agir.

Cabe adicionar ao registro acima, que Caio Prado Júnior (2006) ao discutir a existência do sistema colonial brasileiro de modo de produção pré-capitalista, retratado como “velho sistema”, apregoou ao baixo nível intelectual da Colônia, impactado pela manutenção do isolamento, o qual, em sua visão “[...] não tem talvez paralelo na América” (PRADO Revista Eletrônica Georaguaia. Barra do Garças-MT. V 4, n.2, p 179 - 203. Julho/Dezembro. 2014.

JÚNIOR, 2006, p. 41), resultou em interferência direta com a economia do país. Esse autor é enfático no sentido de que “[...] não resta a menor dúvida que a ignorância dos colonos portugueses sempre constituiu um óbice muito sério oposto ao desenvolvimento de suas atividades econômicas; na mineração como nas outras também” (PRADO JÚNIOR, 2006, p. 41).

A partir das visões apresentadas anteriormente, evidencia-se que as oportunidades sociais, como é o caso da construção de alternativas a partir de aporte no campo educacional, relacionam-se, de maneira articulada, com a compreensão trabalhada por Sen (2010) no que tange ao entendimento de desenvolvimento humano, tendo como horizonte a expansão das liberdades substantivas. Sen (2010, p. 10) afirma que “[...] oportunidades sociais de educação e assistência médica, que podem requerer a ação pública, complementam oportunidades individuais de participação econômica e política e também favorecem nossas iniciativas para vencer privações”.

O termo “desenvolver” comporta ideia de transformação ou mudança, e o seu emprego no ambiente social tem como suposição a construção do novo, do que está por vir, envolvendo atividades de projeção, de planejamento. Bem como, a conjectura de uma dada direção a ser seguida (ou que se tem seguido), podendo ser interpretada também como uma tendência sob a qual determinados fatos sintonizam-se. Logo, na paisagem social, o desenvolver-se é um desafio.

A leitura de Souza (1996) sobre o desenvolvimento busca revelar o seu sentido com o objetivo de conceber uma concepção de desenvolvimento que possa servir de impulso para o estabelecimento de melhores condições de vida ou ambientes mais propícios para uma vida mais saudável e bem vivida. Souza (1996) indica que o desenvolvimento tem como pressuposto a transformação positiva e almejada ou desejável. O entendimento com essa conotação permite afirmar que a busca pelo desenvolvimento é digna de culturas que tenham como horizonte a possibilidade de mudança. A construção da possibilidade é um valor social. Diante dessa leitura, afirma-se que o desenvolvimento constitui-se como um projeto eternamente inacabado, um devir, como é a própria existência humana, segundo a perspectiva sartreana. Tratando-se, portanto, de uma idéia em que não há um estabelecimento conceitual único para esse termo.

Dar a devida importância à contextualização espacial representa um ponto nevrálgico para o entendimento do desenvolvimento humano. O lugar do espaço na discussão do desenvolvimento é central, pois o:

[...] espaço, produto social, é um suporte para a vida em sociedade e, ao mesmo tempo, um condicionador dos projetos humanos; um referencial simbólico, afetivo e, também, para a organização política; uma arena de luta; uma fonte de recursos (sendo a própria localização geográfica, que é algo essencialmente relacional, um recurso a ser aproveitado). (SOUZA, 1996, p. 11).

Com âncora nesse argumento, torna-se visível que se trata de uma dimensão que comporta leituras subjetivas e intersubjetivas. Essas possibilidades devem-se ao fato de que o espaço, no recorte aqui trabalhado, não se constitui como um epifenômeno⁶. Refletindo sobre essa compreensão de espaço e a idéia de desenvolvimento humano nota-se que existe relação intrínseca entre ambas, de modo que, sem considerar o espaço, não tem como pensar o desenvolvimento humano, já que não existe sociedade a-espacial. Portanto, o espaço não pode ser negligenciado, pois se assim acontecer engessa-se o potencial de transformação em função do deslocamento com a realidade.

Para Souza (1996), a mudança social demanda ao mesmo tempo alterações na organização espacial que suportavam/amparavam as antigas/velhas relações sociais. Dessa maneira, nota-se que é fundamental ter clareza das condições espaciais, para delinear perspectivas de desenvolvimento que não estejam à procura de receituários econômicos aplicáveis a qualquer lugar. Assim, a desconsideração do espaço no entendimento do desenvolvimento humano agudiza as exclusões e contradições sociais nas distintas escalas.

O desenvolvimento não é suficientemente abordado quando reduzido à esfera do desenvolvimento econômico, por mais que a conotação econômica não possa ser interpretada como um plano somente quantitativo. De fato, a dimensão econômica reflete uma “[...] crescente complexidade da estrutura da economia (progresso técnico, crescente integração intersetorial)” (SOUZA, 1997, p. 14), cujos fatores podem ser traduzidos ou percebidos ao se verificar determinadas alterações. Todavia, isso não se configura como elemento suficiente para abarcar o desenvolvimento numa concepção humana.

Pontos como o nível educacional e as condições de saúde da população colaboram de modo substancial para a tradução da compreensão do que vem a ser desenvolvimento. Nos próprios manuais de Economia do Desenvolvimento são encontradas “[...] alusões complementares a objetivos como a melhoria dos níveis de educação e saúde da população”

⁶ Entendido como sendo um fenômeno adicionado a outro, sem exercer qualquer influência sobre o outro. Sua origem grega é *epiphainomenon* (epi – “por cima” ou “depois”), no sentido filosófico é tratado como sendo uma concepção que vislumbra a consciência como acessória ou secundária – um simples reflexo que não resulta em influência sobre fatos do pensamento e de conduta. Nesse sentido, não passa de um simples fenômeno reflexo de fenômenos orgânicos (atividade química). Condição de fenômeno secundário a um fenômeno essencial, sem efeitos causais. Essa compreensão de epifenômeno esboçada afronta a compreensão do espaço social adotado neste trabalho.

(SOUZA, 1997, p. 14), essa localização deixa evidenciada a necessidade de se adotar outros elementos que colaborem para que no conjunto de relações consiga alcançar a complexidade expressa de modo sintético por meio de indicadores.

Ainda nessa discussão, cabe mencionar um posicionamento elaborado por Souza (1997), sobre a renda *per capita*, no qual ele declara que ela “[...] pode representar uma ficção estatística, uma vez que nada revela sobre a distribuição da riqueza socialmente produzida” (SOUZA, 1997, p. 14). Questiona-se após esse argumento, se a utilização desse indicador de forma isolada é capaz de revelar níveis de bem-estar, por mais que estes sejam somente no plano material. Ainda mais com os impactos dos processos da globalização que alteram a geografia do mundo tornando complexa a harmonia das condições de vida, devido à intensificação das disparidades, que repercute em dissolução do mundo em fragmentos ricos e pobres.

A respeito destas disparidades, Müller-Mahn (2009) afirma que, desde o início da industrialização, as rendas entre países ricos e pobres continuam em crescente disparidade, para comprovar isso, mostra uma curva de renda *per capita* entre os cinco países mais ricos e os cinco mais pobres em relação aos anos selecionados desde 1820, e o resultado é uma crescente disparidade marcada pelo crescimento exponencial nos ricos e tendência inversa nos mais pobres. Ao se comparar esse comportamento em relação aos componentes do Índice de Desenvolvimento Humano registrou-se uma mesma tendência, para esse geógrafo, é notável que “[...] em vários países do mundo, o IDH até diminuiu na década de 1993 a 2003, o que significa que as condições de vida se deterioraram ainda mais.” (MÜLLER-MAHN, 2009, p. 8), como exemplo de países nessa condição tem-se alguns ex-países socialistas em transformação e, principalmente, os da África subsaariana.

Logicamente, pensar o desenvolvimento não pode se resumir em um dualismo de blocos em que se tem de um lado, os ricos, e de outro, os pobres. Na condição contemporânea de globalização vivencia-se a pluralidade de situações, condições e caminhos para o desenvolvimento e isso tem contribuído para a dissolução de antigas unidades territoriais.

Os processos de desenvolvimento são complexos e tem se demonstrado cada vez mais heterogêneos, verificando-se enclaves de pobreza em meio a metrópoles de países do “Norte” rico, e, em outra esfera de análise, percebe-se enclaves de riquezas e prosperidade em condomínios fechados que tem a intenção de se proteger dos despossuídos, ou seja, “‘Norte’ e ‘Sul’ deixam de ser tão claramente definíveis como grandes blocos opostos. Eles penetram-se mutuamente, sem superar as contradições. As relações tornam-se mais complexas e perdem suas estruturas espaciais simples” (MÜLLER-MAHN, 2009, p. 8).

É relevante refletir que o bem-estar não pode vir a reboque de uma concepção puramente econômica que busque simplificar a dinâmica da vida social apenas nos grilhões da dimensão econômica, sobretudo, sabendo que esse debate sobre o desenvolvimento permeia alguns aspectos como os apontados por Souza (1997) no que tange à colaboração para o estabelecimento de uma vida saudável, proporcionar ambiente que comporte participação ampla nos processos decisórios (por parte da população), estimular ou apoiar uma cultura com processos mais democráticos, trabalhar na formação de cidadãos mais conscientes e primar pelo alargamento da liberdade individual e coletiva. Sobre o debate do enfoque puramente econômico Souza (1997, p. 15) é enfático ao afirmar que: “[...] o desenvolvimento estritamente econômico só pode ser, na melhor das hipóteses, um meio, e jamais um fim, não sendo razoável, por conseguinte, ‘economicizar’ o conceito de desenvolvimento em geral”.

A paisagem intelectual em torno do debate sobre o que vem a ser desenvolvimento é contextualizada por posições científico-políticas, as quais alcançam, inclusive, os que pregam a aposentadoria do modelo social capitalista como referência para suas justificativas argumentativas. A ideia-conteúdo do desenvolvimento formulada a partir de metas ou acordos entre membros de uma sociedade é necessariamente atrelada ao universo cultural e social, desta forma, tendo como perspectiva a superação de uma visão instrumental-economicista que colabora substancialmente para a manutenção do viés conservador, etnocêntrico e historicista da ideologia hegemônica, cujo projeto edifica um tempo único (produto do Ocidente), é necessário pensar o desenvolvimento como um movimento, inacabado, sem fim determinado, em busca da justiça social.

Nesse sentido, a reflexão sobre o espaço enquanto dimensão material e objetiva, fruto das transformações da natureza por meio do trabalho social, bem como entendido como espaço concreto: “[...] um espaço geográfico criado nos marcos de uma determinada sociedade” (SOUZA, 1997, p. 22), é de suma importância porque o espaço assume um *status* de elemento da totalidade social; sendo crucial assumi-lo como fator que colabora substancialmente para explicar o desenvolvimento humano. Assim, fica patente a importância da análise espacial para a compreensão do desenvolvimento humano.

A respeito dessa relação, é importante registrar o resgate histórico apresentado por Souza (1997), no qual este compreende que há uma pobreza no âmbito das vertentes teóricas que tratam das ligações entre espaço e desenvolvimento humano. A pobreza referida por pelo autor é atinente ao fato de que nas formulações teóricas, encampadas a partir da década de 60 do século XX, muitos dos autores que tratavam dos temários que envolvem a modernização e o crescimento visualizavam o espaço como um mero aspecto empírico ou um simples

epifenômeno, este fato colaborou para a redução do espaço a um tímido constructo econômico.

Na leitura de Souza (1997), nos anos de 1970, correntes como *redistribution with growth* e a da satisfação das necessidades básicas não avançaram; mesmo a corrente do ecodesenvolvimento, na qual era criticado o fetichismo do crescimento, colaborou para a cristalização de um espaço reduzido a natureza, um viés naturalizante. Nos anos 1980, é declarado que as ondas do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento endógeno e do desenvolvimento de baixo para cima foram atropeladas pelo processo da globalização inclinado ao ostracismo de uma maré conservadora neoliberal.

Desse modo, pensar no espaço para além dos aspectos naturais colabora para processos de constituição e transformação social. Obviamente, deve se ter em mente que os recursos naturais e fontes de energia são indispensáveis para a vida humana em geral. Essa importância é tão evidente que alimentou visões alinhadas ao movimento identificado como determinista, que se centrava em um olhar sobre o estrato natural para explicar o humano.

O espaço sob esta ótica reconhece que existem vínculos fortíssimos entre espaço e qualidade de vida, e conseqüentemente o desenvolvimento. A qualidade de vida dos homens depende da autonomia do indivíduo e da sociedade, também, da manutenção de uma base de recursos não degradada para as futuras gerações. Logo, a importância do espaço é vista como múltipla no debate sobre desenvolvimento, uma vez que a “[...] dimensão (inter) subjetiva não é acessória, mas crucial e fundante, uma vez que o espaço social, e a própria sociedade concreta como um todo (relações sociais + materialidade), não se deixa reduzir a algo ‘objetivo’” (SOUZA, 1997, p. 29).

O DESENVOLVIMENTO E O ESPAÇO GEOGRÁFICO

Não subestimar o espaço como dimensão de análise é o caminho mais seguro para a compreensão do conceito de desenvolvimento com objetivo de operacionalização e concretude, pois a sociedade só é concreta “[...] com o espaço, sobre o espaço, no espaço” (SOUZA, 1997, p. 32). A riqueza espacial para refletir sobre o desenvolvimento vem da sua condição multifacetada e multidimensionada abarcando as possibilidades de construção de uma vida melhor.

Tendo em vista a validade de formular construções teóricas cujo objetivo é estruturar bases para a promoção de dias melhores, Kliksberg (2002) chama a atenção para o papel a ser desempenhado pelo Estado no novo cenário contemporâneo do âmbito social. Na sua

compreensão, esse cenário é inquietante já que se presencia uma verdadeira revolução de expectativas, marcadas pelo espraiamento dos sistemas de base democrática (sustentada pela escolha de representantes), na qual tem se intensificado as exigências de abertura para a participação mais ampla nas decisões.

A respeito da ampliação da participação Kliksberg (2002, p. 12) assevera que: “[...] os povos esperam ter influência real e crescente nos esquemas de tomada de decisões e existe um grande movimento em direção à constituição de formas novas e mais ativas de organização da sociedade civil”. Diante desses apontamentos, o alcance de melhores patamares em termos de desenvolvimento humano apresenta-se como necessidade imediata. Melhor nível de desenvolvimento humano significa maiores oportunidades e liberdades. Pontos indispensáveis para a promoção de intervenções que permitam atuação com maior autonomia do povo. A intervenção qualificada é essencial na consolidação de espaços potenciais para a construção de alternativas com o intuito de solucionar problemas inadiáveis, os quais perduram, ao longo dos tempos, como é o caso da desigualdade social.

Essa urgência em promover o desenvolvimento humano é intensificada, conforme Kliksberg (2002), em virtude da constatação de que os aspectos que envolvem o desenvolvimento humano, com base em dados do PNUD, apresentaram aprofundamento de distâncias entre os países com as melhores condições de vida e os demais (duplicando entre o período 1960 e 1990). O aprofundamento dessas distâncias repercute na dificuldade em se romper com o quadro de desigualdade. A desigualdade constatada expressa a gravidade dos rumos assumidos em escala global no que tange a dimensão do desenvolvimento.

A agudização dessas desigualdades tem repercutido em campos cruciais. No universo deste estudo cabe mencionar como exemplo o fato de impactos detectados no caso do “[...] acesso e a permanência nos sistemas educativos, a qualidade da educação que os pobres recebem e suas possibilidades de rendimento educacional” (KLIKSBERG, 2002, p. 17). Diante disso, percebe-se a gravidade do problema da desigualdade manifestado no crescente clamor da sociedade no sentido de exigir não só a educação, mas que ela seja de qualidade, incorporando essa especificação para que o direito a educação não seja confundido com mera cobertura educacional traduzida por taxas de matrículas efetuadas.

Certamente, o enfrentamento da desigualdade é algo visto como crucial e inadiável para a discussão do desenvolvimento humano e, lamentavelmente, os objetivos econômicos tem prevalecido sem levar em consideração o preço social e ecológico dessa visão distorcida de privilegiar uma instância em detrimento das demais. Diante dessa situação, o debate sobre o desenvolvimento humano deve envolver governos, meios acadêmicos, agências de defesa

dos excluídos, organismos internacionais. Somente por meio de uma discussão ampla que se alcançará o rompimento de barreiras impostas por modelos supostos que não correspondem a fatos reais.

As reduções da pobreza e da desigualdade social não possuem uma dependência exclusiva do crescimento econômico; por mais que o crescimento econômico seja uma condição necessária, entretanto, não se constitui como suficiente. Kliksberg (2002) esclarece que o modelo conhecido como “derrame” traduziu uma série de enfoques amplamente circulados, cuja compreensão consistia em firmar a hipótese de que:

[...] realizando enormes sacrifícios para alcançar metas de caráter macroeconômico que impliquem equilíbrios econômicos e financeiros, haverá progresso econômico e, finalmente, este se ‘derramará’ para o conjunto da população e chegará aos setores mais pobres, arrancando-o de sua situação de pobreza ‘dura’. (KLIKSBERG, 2002, p. 21).

Nota-se claramente que essa perspectiva “derramista” não dá conta da complexidade que é o processo de desenvolvimento e instaura um grau de conformismo de espera prolongada crente no avançar de etapas de adiamentos e acumulações independentemente das forças subjacentes, tendo como escopo a suposição de um cenário de felicidade.

Além disso, o olhar sobre o crescimento não pode ser míope e desprezar sob que condições este se sustenta, uma avaliação de sua qualidade, até mesmo porque o crescimento “[...] pode ser com desemprego, com exclusão, sem participação, com enfraquecimento das culturas nacionais, com destruição do futuro pela deterioração do meio ambiente” (KLIKSBERG, 2002, p. 23) inviabilizando sinais de um desenvolvimento de fato.

Discutir nessa direção não implica em negar que o baixo nível de renda relaciona-se com a privação de capacidades individuais. Nesse sentido, Sen (2010, p. 35) leciona que “(1) o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, além de fome e subnutrição; e (2) inversamente, melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas mais elevadas”. E com base nessa explicação, pode se afirmar que a pobreza não é apenas uma questão de baixa renda, mas sim uma privação de capacidades básicas. Assim, “[...] a importância da renda é instrumental e depende das circunstâncias” (SEN, 2010, p. 41).

Ora, resolver lidar com o desenvolvimento humano implica reconhecer fatores como capital humano⁷ e capital social⁸ como de fundamental importância para a compreensão dos

⁷ Conforme Kliksberg (2002) refere-se à qualidade dos recursos humanos.

Revista Eletrônica Georaguaia. Barra do Garças-MT. V 4, n.2, p 179 - 203. Julho/Dezembro. 2014.

processos sociais. Nesse contexto, é relevante a recomendação de Kliksberg (2002, p. 24): “[...] formar capital humano implica investir, sistemática e continuamente, em áreas como educação, saúde e nutrição, entre outras”. Este século já demonstrou que será de conhecimento intensivo e a formação sólida assenta-se como uma ferramenta impar para enfrentar uma economia globalizada e volátil.

Com a exposição acima, percebe-se que o investimento em educação figura-se como uma peça-chave, pois permite a capacitação das pessoas por meio de instituições públicas (redes básica e universitária) com padrão de excelência. É imprescindível para a humanidade a convicção de que uma das armas mais precisas para a forja do futuro é a educação.

Para Kliksberg (2002): “[...] a combinação de esforços entre saúde e educação integrados tem potenciais muito elevados” (KLIKSBURG, 2002, p. 26), a título de exemplo, vale a pena refletir sobre a importância de anos a mais de estudos entre meninas de áreas menos favorecidas. Neste caso pode significar incremento cultural que lhe permita poder lidar com maior habilidade com problemas relacionados à gravidez na adolescência, a planejamento familiar, à gestação e à nutrição⁹.

Considerando o capital social como uma das alavancas do desenvolvimento, é importante registrar que se trata de um bem público, por referir-se a características como confiança, normas e redes. Não é razoável desprezá-lo em virtude do seu peso no contexto social atual, o qual atribui grande relevância às ações de cooperação, que por sua vez geram confiança.

Esboçados esses pontos fica patente que a relação entre o econômico e o social se dá de modo complexo e nesse processo tem ocorrido um ataque demolidor do Estado, sobretudo, em países considerados emergentes como é o caso do Brasil, tendo por fim garantir a primazia do econômico. Tais ataques visam reduzir o tamanho do Estado e, conseqüentemente, sob o prisma social, é prejudicial o encolhimento de suas funções. E o que impressiona é que o argumento em prol do “enxugamento” é extremamente precário ao se chocar com resultados de estudos que advogam no sentido de que:

A invocação dos dados mostra, de forma clara, que o tamanho do Estado medido, entre outros aspectos, em funcionários para cada 100 cidadãos atendidos, e o percentual que representa o gasto público em relação ao Produto Interno Bruto, indicaria que o tamanho relativo do Estado em muitos países em desenvolvimento é consideravelmente menor que o

⁸ De acordo com Kliksberg (2002) no tocante aos elementos qualitativos inseridos como valores partilhados, aspectos culturais e potencialidades de intervenção na realidade.

⁹ “Segundo cálculos do Banco Mundial, acrescentando três anos a mais de escolaridade básica a tais meninas, haveria uma redução de cerca de 15 por mil na mortalidade infantil.” (KLIKSBURG, 2002, p. 27).

tamanho dele na maior parte das economias desenvolvidas. (KLIKSBURG, 2002, p. 40).

O enfraquecimento da área social no debate estatal é evidenciado pela subordinação das áreas sociais que somente recebem comunicado das decisões tomadas em acordo com as áreas de política econômica dos Estados, expressando o quão limitado é a participação das áreas sociais nos processos de tomada de decisões. Outro fator que corrobora o enfraquecimento dos decisores das áreas sociais é justamente, no caso brasileiro, o aparelhamento meramente político dos Ministérios das áreas sociais, nos quais são nomeados políticos sem qualquer *background* na pasta específica para enfrentar os enormes desafios contemporâneos do setor em questão, ou ainda, verifica-se a indicação de economistas para comandar as políticas públicas do campo social, sendo que este movimento é singularmente notório nas últimas três gestões do Ministério da Educação brasileiro, por exemplo. Dessa forma, é preciso maior nível de envolvimento da área social com a área econômica desconstruindo o equívoco de que é possível pensar em políticas públicas de forma tão isolacionista.

Agrava-se ainda mais essa questão ao constatarmos que as ferramentas de acompanhamento das decisões são deficientes e que as decisões em sua maioria não são conduzidas por trabalhos técnicos sistemáticos elaborados previamente¹⁰, isso implica numa agudização das já colossais desigualdades sócio-espaciais.

Destarte, o desenvolvimento deve ser visto como a expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas e a expansão das liberdades como uma finalidade precípua, assim como o meio principal para a realização do desenvolvimento. Com isso se fundamenta o desenvolvimento como liberdade, tendo como fim a eliminação das privações. Tal elaboração não se reduz a um tratamento meramente da inferência de que as expansões de liberdades contribuem para o desenvolvimento. Para Sen (2010, p. 57): “[...] ele próprio [o desenvolvimento] pode ser visto como um processo de crescimento da liberdade humana em geral”. Ainda, Sen (2010) defende que:

[...] a criação de oportunidades sociais por meio de serviços como educação pública, serviços de saúde e desenvolvimento de uma imprensa livre e ativa pode contribuir para o desenvolvimento econômico e para uma redução significativa das taxas de mortalidade. A redução das taxas de mortalidade, por sua vez, pode ajudar a reduzir as taxas de natalidade, reforçando a

¹⁰ Para maior aprofundamento sobre esse ponto, segue a sugestão de consulta ao capítulo 4 - Linhas de trabalho para o redesenho do Estado no campo social – *In*: KLIKSBURG, Bernardo. **Repensando o estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 64).

influência da educação básica – em especial da alfabetização e escolaridade das mulheres – sobre o comportamento das taxas de fecundidade. (SEN, 2010, p. 61).

Nota-se, a partir dessas ponderações, que as disposições sociais são responsáveis por grandes impactos na liberdade das pessoas e são influenciadas por diversos aspectos e relações instrumentais bem diversificadas. As oportunidades sociais facilitam o desenvolvimento econômico e criam condições favoráveis para a ampliação da expectativa de vida, assim como, a redução das taxas de mortalidade. Conforme Sen (2010), a educação e os serviços de saúde são produtivos para o crescimento econômico. Essa tese corrobora a assertiva de que é preciso dar mais ênfase às questões que tratam das disposições sociais, pois não é preciso “ficar rico” primeiro para depois pensar no desenvolvimento e a receita para a realização de melhor qualidade de vida, na visão de Sen, é o custeio público.

Assim, o desenvolvimento humano, numa perspectiva seniana e em diálogo com Kliksberg (2002), extrapola a visão *economicista* do desenvolvimento que vem se espraiando em modelos de análises econômica e política mais “ortodoxas”. Na mesma linha, é imperioso reposicionar o estudo do espaço geográfico no bojo das discussões sobre desenvolvimento humano, pois a análise espacial não pode ser relegada a contexto ou acessório, conforme se procurou demonstrar ao longo do texto.

CONCLUSÕES

Por fim, o debate acerca do desenvolvimento ainda trará muitas derivações a partir do seu escopo de ideação, que é em um conceito abranger a complexidade de mensuração do bem-estar e da qualidade de vida da sociedade por meio das relações entre diferentes fatores, que vão da economia, e sistema educacional às relações simbólicas incrustadas nas representações sociais.

Quando Amartya Sen (2010) perscruta e elabora toda uma elucubração sobre o desenvolvimento como liberdade, fica evidente que o autor almeja considerar os esforços de elaboração das atuais normatizações e teorias que tratam do tema. Mas, é necessário que o âmbito do alcance de índices e parâmetros universais sobre o desenvolvimento almeje respeitar e inserir em seu interior a diversidade do todo, compreendendo a relação dialética das singularidades das partes dentro de uma totalidade intangível e não homogeneizante.

Os índices de desenvolvimento humano, como é o caso do IDH, são uma clara mostra desta incessante busca pela síntese de uma ideia, a de universalizar um parâmetro

comparativo na mensuração dos modos de ser do ser humano no mundo. Na ciência geográfica esta inserção dos diferentes índices em sua pauta encontra alguns entraves, que, se levados em consideração, contribuem para o maior apuro da elaboração destas referências, como, por exemplo, a não mediação igualitária de parâmetros espaciais para realidades territoriais diversas. Neste ponto se destacam os esforços que procuram levar em consideração as singulares dos lugares, em comunhão com os seus vínculos aos vetores e eventos universais, para que cada porção do espaço geográfico seja observada, analisada e compreendida de acordo com os seus delineamentos sociais, políticos, econômicos e culturais. Este é, senão o maior desafio, um importante passo a ser admitido e seguido para que a ideia e a prática do desenvolvimento humano alce voos ainda mais altos.

REFERÊNCIAS

BOMFIM, Marianna Percinio Moreira. **A capability approach de Amartya Sen e o indicador de desenvolvimento humano**. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=14742. Acesso em: 30 mar. 2013.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1953.

KLIKSBERG, Bernardo. **Repensando o estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionalismos**. Tradução de Joaquim Ozório Pires da Silva, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 64).

MARIANO, Enzo Barberio. **Crescimento econômico e desenvolvimento humano: uma análise mundial da eficiência social de Estados-nação**. 2012. 277 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, concentração em Economia, Organizações e Gestão do conhecimento, da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18157/tde-24082012-142856/pt-br.php>. Acesso em: 06 abr. 2013.

MEC/BRASIL. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): Razões, princípios e Programas**. Brasília, 2007.

MÜLLER-MAHN, Detlef. Dissoluções da “dicotomia norte-sul”: aspectos geográficos do debate sobre o desenvolvimento. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, Fortaleza, v. 8, n. 17, set./dez., p. 7-23, 2009. Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/333/245>. Acesso em: 18 mar. 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos: 1).

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. In: **Terra Livre – AGB**: São Paulo. n. 9, 1991, p. 07-17. Disponível em: <http://www.agb.org.br/files/TL_N9.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. **O Ser e o Nada**. Tradução Paulo Perdigoão. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **L'existencialisme est un humanisme**. Les Editions Nagel, Paris: 1970.

SILVA, João Oliveira Correia (da). **Amartya Sen: Desenvolvimento como liberdade**. (Programa de Doutorado em Economia) Faculdade do Porto/ Portugal, S/d. Disponível em <http://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/desenv_liberdade.pdf>. Acessado em 09/05/2014.

SMITH, Adam. **Teoria dos sentimentos morais**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano II, n. 3, jul./dez., p. 13-35, 1997. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/03_3_souza.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

_____. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-22, 1996. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/01_2_souza.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2013.

TEIXEIRA, Carmen. **Os princípios do Sistema Único de Saúde**. Bahia, 2011. Disponível em <http://www.saude.ba.gov.br/pdf/OS_PRINCIPIOS_DO_SUS.pdf> Acesso em 12/05/2014.

Recebido para publicação em 20/05/2014

Aceito para publicação em 05/08/2014